

ATA Nº 134

Assembleia-Geral Ordinária

10 de novembro de 2012

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e doze realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Ginástica de Portugal (FGP), que teve lugar na sua sede, sita na Estrada da Luz, nº 30-A, em Lisboa, pelas 16.00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

Um – Apreciação e votação da Ata nº 133, da Assembleia Geral de 1 de junho de 2012.

Dois – Discussão e votação do Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2013.

A Assembleia Geral foi declarada aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral (AG), José Manuel Araújo, pelas 16.15 horas, após verificação do quórum de funcionamento, nos termos legais e regulamentares.

Prévio – Apresentação breve do Presidente João Paulo Rocha.

O Presidente da FGP, João Paulo Rocha, fez a apresentação do espetáculo Flic-Flac, uma iniciativa da FGP, a exhibir de 13 a 16 de dezembro no Pavilhão Multiusos de Odivelas.

Um – Apreciação e votação da Ata nº 133, da Assembleia Geral de 1 de junho de 2012.

O Delegado Paulo Chora solicitou uma retificação na Ata nº 132, ponto dois, § 1.

O Delegado José Augusto Dias teceu diversos comentários de caráter geral, nomeadamente a necessidade de um púlpito, e a não deteção de irregularidades graves na Auditoria da FGP à anterior direção. Relativamente ao processo sobre a Providência Cautelar, que chegou ao fim (com a decisão da absolvição da Federação e a condenação ao pagamento das custas pelos autores da mesma, indo a Federação averiguar da hipótese de assacar responsabilidades jurídicas), considerou que os prejuízos causados à AG anterior, e principalmente a imagem e o descrédito dado pela Federação no exterior, são um assunto demasiado sério e não podemos contribuir para o seu branqueamento, sendo de evitar a todo o custo que situações idênticas se voltem a repetir.

A Delegada Ida Pereira referiu manter a discordância quanto à ausência de “assuntos diversos” como ponto de discussão.

A Delegada Helena Leal propôs um período de uma semana após a apresentação da “ordem de trabalhos”, para a introdução de novos assuntos que se pretenda ver discutidos.

O Presidente da Mesa da AG, José Manuel Araújo, informou que esse período para sugestões poderá ser contemplado.



Após a referida retificação, a Ata nº 133 foi **aprovada por maioria**, com 12 votos a favor e 19 abstenções, de Delegados que não estiveram presentes nessa Assembleia Geral ou não eram Delegados da Assembleia Geral à época.

Dois – Discussão e votação do Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2013.

O Presidente da FGP, João Paulo Rocha, fez uma exposição breve sobre os documentos a discutir e aprovar, tendo-se seguido um período de debate, na sequência do qual se procedeu, consensualmente, a pequenas retificações do texto referente ao Plano de Atividades, bem como à inserção de uma verba para a Comissão Científica.

Fez ainda um elogio à equipa de trabalho, à comunidade gímnica e aos colaboradores da Federação. Consolida-se uma mudança da organização interna, dando mais meios às associações territoriais, desviando peso da estrutura central para as associações territoriais e para a prática.

O Presidente do Conselho Fiscal, Paulo Raposeiro, expôs o seu parecer favorável ao Orçamento, considerando-o ambicioso, referindo que o contexto económico não é favorável.

O Delegado Igor Ferreira questionou sobre a não referência às despesas do PortugalGym e lamentou que não houvesse comparação com o ano anterior, tendo o Presidente da FGP informado que os dados não são comparáveis, devido à mudança de estrutura do orçamento.

O Delegado Henrique Galinha pediu alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre os critérios no investimento do PATAR, na referência à medalha obtida nos Campeonatos da Europa de Ginástica Acrobática, no maior recurso a estágios e nas diferenças entre valores para as diferentes disciplinas da ginástica. O Presidente da FGP esclareceu que não há qualquer tratamento diferenciado entre disciplinas, e que as diferenças encontradas se devem ao facto de algumas serem mais dispendiosas do que outras.

O Delegado José Ferreirinha questionou se alguns eventos são lucrativos ou despesas. Questionou ainda alguns valores do quadro do Orçamento de Funcionamento, designadamente a referência a 950.000€ de receitas sem indicação clara da sua proveniência.

O Delegado Paulo Chora manifestou a sua interpretação da não aplicação da limitação de mandatos do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ao mandato que estava a terminar, e o seu pesar em que o seu titular não se recandidatasse. Manifestou a disponibilidade da Associação de Ginástica de Santarém em acolher próximos cursos de formação de juízes. Solicitou a distribuição de um “fluxo financeiro” das atividades da FGP desde a última AG, para melhor esclarecimento dos presentes. Sugeriu a reformulação da expressão “apoio à formação de recursos humanos” para a apresentação à tutela. Quanto ao Orçamento, questionou os apoios do IPDJ e o aumento do peso das entidades privadas. Mostrou finalmente algumas reservas na escolha da cidade de Guimarães para o evento de 8, 9 e 10 de junho.

A Delegada Alda Corte-Real solicitou esclarecimentos relativamente à rubrica da organização de quadros competitivos nacionais e à parceria com os clubes nessa organização.

O Delegado Carlos Matias saudou a ambição patente neste Orçamento, que mostra objectivos realistas e exigentes. Congratulou-se com a previsão de mais cursos de treinadores, e ao incremento do apoio às associações territoriais. Considerou, no entanto, reduzida a verba de 110.000€ atribuída à Ginástica de Trampolins, para as intervenções que se adivinham.

O Delegado José Augusto Dias salientou como pontos positivos do Orçamento a “Ginástica Solidária”, o PATAR, o PAOTI, os incentivos a novos clubes e à componente desportiva. Questionou a redução das verbas destinadas à Ginástica de Trampolins e à Ginástica Artística Masculina. Questionou ainda o valor atribuído ao “Projeto Rio”, comparativamente a “Londres 2012”.

O Delegado Pedro Almeida salientou como ponto positivo o PATAR e a redução dos custos das provas, e como negativo as despesas excessivas com os serviços centrais.

O Delegado Nuno Aniceto pediu para ser desagregada a rubrica “Outros Rendimentos” para uma melhor clarificação, dado que 1/3 das receitas nesta rubrica é um “cheque em branco”. Perguntou ainda como está a dívida de Portimão à FGP, criticando ainda o corte nos Trampolins, que considerou elevadíssimo.

A Delegada Sónia Dias Ferreira elogiou a componente “Formação”, particularmente em juizes de Teamgym, e questionou a posição da FGP quanto à presença de juizes portugueses no curso internacional previsto brevemente.

A Delegada Jenny Candeias criticou a referência a “objetivos” mas a inexistência de “meios”, o que considera uma lacuna.

A Delegada Joana Carvalho solicitou a alteração da data do curso de juizes de Ginástica Artística Feminina no Norte, por coincidir com o curso internacional previsto.

O Delegado Henrique Galinha, comentando o item “Inscrições - competições e eventos”, considerou que o grau tão elevado das exigências previsto no manual de trampolins vai implicar a redução de inscritos na Ginástica de Trampolins.

A Delegada Ida Pereira considerou que os valores atribuídos às modalidades são corretos, mas o mesmo não se aplica aos valores para “Organização e Gestão da Federação”. Considerou também que devem ser revistas as datas do curso de formação inicial de juizes de Ginástica Rítmica.

O Delegado António Agostinho questionou quais os critérios para os incentivos para os novos clubes, manifestando também preocupação com os 950.000€ de receitas em “Outros rendimentos”.

O Delegado Carlos Lopes levantou dúvidas quanto aos valores orçamentados para a modalidade de GPT.

O Delegado Carlos Matias considera que as bolsas atribuídas aos ginastas deveriam ser do conhecimento geral, para garantir o controlo de discrepâncias entre modalidades e eliminar quaisquer dúvidas na comunidade gímnica.

O Delegado Nuno Aniceto questionou se as inscrições em campeonatos por grupos de idades também são suportadas pelos clubes, e quais os critérios para a cobrança de inscrições dos eventos envolvendo os “Saltitões e Cangurus”.

A Delegada Helena Leal saudou o esforço de mudança na nova gestão da FGP, e apontou o que considera uma lacuna no plano de atividades: a seguir ao PATAR, devia haver um item de “Programa de apoio a clubes com atletas de alto rendimento”.

O Delegado Pedro Almeida considerou positivo o aumento das verbas atribuídas às associações, faltando uma fiscalização da aplicação desse dinheiro atribuído pela FGP. Solicitou ainda um esclarecimento referente ao valor correto de receitas.



O Delegado José Ferreirinha saudou o Presidente da FGP e manifestou o agrado pelo detalhe da apresentação do Orçamento.

O Presidente respondeu a todas as questões suscitadas, referindo que a situação das bolsas será revista em 2013. Quanto ao projeto olímpico, está a ser reequacionado, pelo que há informação sobre o valor dos apoios a receber. Quanto ao valor de receitas elevado, este só existe se as Taças do Mundo se realizarem, pelo que se não houver receita, também não haverá despesa, e o risco orçamental é zero. Quanto a custos com pessoal, embora em 2012 se tenha reduzido o nº de pessoas, gastou-se mais que o previsto, por efeito de algumas indemnizações. Finalmente, defendeu que o apoio ao PATAR é também uma forma de apoiar os clubes que apostam no alto rendimento.

Após o debate, e as alterações acordadas ao documento, nomeadamente a inclusão de uma linha sobre a Comissão Científica, no valor residual de 2.000€, e o retirar da expressão "abandono" dos atletas de Ginástica Artística Masculina (foi antes o "fim de carreira"), passou-se à votação do Orçamento e Plano de Atividades para 2013, que foram **aprovados por maioria**, com 29 votos a favor e 2 abstenções.

O Presidente da Mesa da Assembleia, José Manuel Araújo, informou que será enviada convocatória para as eleições dos Órgãos Sociais, agendadas para 15 de dezembro, em Lisboa, a partir das 11.00 horas.

O Presidente da FGP, João Paulo Rocha, informou que em relação à Auditoria pedida às contas da FGP, o acesso à mesma poderá ser facultado aos novos Delegados, caso o pretendam, mas recorda que a consulta é reservada. Quanto à Providência Cautelar, o parecer jurídico solicitado à assessora da FGP não vê sustentabilidade em mover uma acção judicial contra os autores da mesma.

Estiveram presentes 31 (trinta e um) Delegados, conforme lista de presenças assinada por todos.

Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral declarada encerrada pelas 21.00 horas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Handwritten signature of José Manuel Araújo in blue ink.

José Manuel Araújo